

NASA, ABC E AGROENERGIA

Roberto Rodrigues*

Recente estudo da NASA corroborou trabalho publicado pela Embrapa Territorial no final do ano passado mostrando que apenas 7,6% do território brasileiro são ocupados por lavouras (o estudo da Embrapa fala de 7,8%, mais até do que diz a NASA). No mesmo trabalho, a Embrapa aponta termos ainda 66,3% de nosso território coberto por vegetação nativa (a Amazônia tem 83% de seu território preservado e o cerrado outros 52%).

Essa condição excepcional de país conservacionista traz de novo à baila o tema da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, o Plano ABC lançado pelo Ministério da Agricultura. Este Plano é, como se sabe, composto por um conjunto de ações para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE na produção agropecuária; é parte da Política Nacional de Mudanças Climáticas e ainda é componente do compromisso assumido na 15ª Conferência das Partes (COP 15) da Convenção do Clima, depois ratificada na COP21. Esse compromisso implica reduzir as emissões de GEE em 37% até 2025 e em 43% até 2030, tomando como base as contabilizadas no ano de 2005.

Os programas do Plano ABC e suas respectivas metas até 2020 são: recuperação de pastagens degradadas (15 milhões de hectares), integração lavoura-pecuária-floresta (4 milhões de ha), plantio direto na palha (8 milhões de ha), fixação biológica de nitrogênio (5,5 milhões de ha), plantação de florestas (3 milhões de ha) e tratamento de dejetos animais (4,4 milhões de metros cúbicos). Se cumpridas, estas metas representariam cerca de 16% do PNMC - Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Mas existem informações de que pelo menos a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta já tem mais de 14 milhões sob uso, muito antes e muito acima do programado.

Para acompanhar a evolução do Plano, foi criado em 2012 no GVAgro - Centro de Agronegócio da FGV/EESP, o Observatório ABC, em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e com apoio da Climate and Land Use Alliance (CLUA). O Observatório vem produzindo estudos, informações e eventos com debates e discussões sobre os avanços do ABC. Estes trabalhos vêm ajudando a melhorar a implementação do Plano, reduzindo burocracia e agilizando os processos.

Mas ainda há muito a fazer nesse caminho. A adoção do Plano está abaixo da expectativa, o que se deve a algumas razões identificadas pelo Observatório: há pouca divulgação e conhecimento das técnicas a aplicar (extensão rural e assistência técnica insuficientes); não existe certeza absoluta quanto aos benefícios econômicos dos programas; e principalmente falta monitoramento dos resultados ambientais devido a governança limitada dos processos. Tudo isso está evoluindo, inclusive com a recente instalação, pela Embrapa, da Plataforma Multi-Institucional de Monitoramento das Reduções de GEE.

Há problemas adicionais, como a regularização fundiária nas áreas de fronteira, e discussões sobre a aplicação de recursos em regiões com menor chance de retorno econômico.

Mas a contribuição do agro para redução das emissões não para no ABC: o etanol de cana emite apenas 11% do CO2 emitido pela gasolina, o que ajuda a mitigar as mudanças climáticas. E a recuperação de áreas de APP e RL determinadas pelo Código Florestal também reduzirão emissões.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**